



MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE

TRANSPARÊNCIA

EFETIVIDADE

Procurador-Geral do MPC-MG participa do 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas

por Simone Pereira



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco.
Acervo pessoal.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, participou do 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, evento promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em conjunto com o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC). Além disso, contou com o apoio da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon) e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC).

NESTA EDIÇÃO

- p.3 MPC Cast 2ª Temporada
- p.4 Subprocurador-Geral do MPC-MG participa de evento comemorativo dos 20 anos do Conset e de 14º Encontro Anual do Conset com as Comissões de Ética
- p.6 MPC-MG marca presença em reunião do MPC brasileiro
- p.7 MPC-MG participa de reunião da Rede Ouvir-MG
- p.8 Subprocurador-Geral do MPC-MG participa de solenidade do Dia Internacional Contra a Corrupção
- p.10 MPC-MG participa de Corrida contra a Corrupção
- p.12 MPC-MG lança 6ª edição da revista "Controle em Foco"
- p.14 MPC-MG marca presença na cerimônia de encerramento de Curso de Pós-Graduação da Escola de Contas
- p.17 Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG palestra no 1º Fórum Mineiro de Licitações e Contratações Públicas da AMM
- p.19 Representação do MPC-MG contra o Município de Belo Horizonte fundamenta liminar do TCE-MG que suspende contratação em processo licitatório
- p.20 O MPC em Números
- p.22 Coluna Iurisprudencia
- p.31 Lex Data

Procurador-Geral do MPC-MG participa do 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas

(continuação)

O congresso, realizado de 28 de novembro a 1º de dezembro, em Fortaleza, reuniu representantes de diversos Tribunais para discutir temas cruciais relacionados ao controle externo e a políticas públicas. Representando o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, estiveram presentes o Presidente, Conselheiro Gilberto Diniz, o Vice-Presidente, Conselheiro Durval Ângelo, os Conselheiros José Alves Viana e Wanderley Ávila, e o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão.

No documento intitulado “Carta dos Presidentes”, apontou-se a relevância dos Tribunais de Contas no equilíbrio das contas estatais e na promoção de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais à dignidade humana. Também se enfatizou o compromisso dessas instituições em contri-

buir para uma gestão pública mais eficiente, transparente e sustentável, alinhada aos princípios da responsabilidade fiscal.

O evento contou com painéis, palestras e oficinas que abordaram temas como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, inteligência artificial, igualdade de gênero, educação e sustentabilidade fiscal na gestão pública. Destacou-se a presença de renomados palestrantes, como o especialista estadunidense em segurança Miles Taylor, que discutiu os desafios das *fake news* e a proteção da democracia.

A Atricon reforçou a importância do diálogo entre controle externo e controle social na era digital, destacando a necessidade de aprimoramento constante nos processos de fiscalização dos recursos públicos.



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, e os Conselheiros José Alves Viana e Wanderley Ávila. **Acervo pessoal.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

Procurador-Geral do MPC-MG participa do 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas

(continuação)

O Congresso encerrou-se com conferências que abordaram a construção da igualdade e responsabilidade social, contando com a presença de autoridades, como o Ministro da Educação, Camilo Santana, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luis Roberto Barroso.

O 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas consolidou-se como um espaço vital para a troca de conhecimentos e experiências, fortalecendo o papel dessas instituições na promoção do bem comum e no desenvolvimento sustentável do país. ■

MPC CAST

2ª TEMPORADA

por Simone Pereira

Nesta edição do MPC Cast, traçamos uma **retrospectiva** dos acontecimentos que permearam o *Parquet* de Contas mineiro ao longo de 2023.



Confira o episódio completo [aqui](#) ou pelo código abaixo.



O ano começou com uma análise impactante do 19º Encontro Internacional de Juristas, evidenciando o compromisso do MPC-MG com o conhecimento jurídico global. Em meses subsequentes, destacaram-se participações ativas em posse de gestões, lançamento de editais para artigos científicos da Revista do MPC-MG e a apreciação das contas do Governador em uma sessão extraordinária.

Ao longo do ano, o MPC-MG consolidou iniciativas significativas, incluindo a criação da Ouvidoria, Corregedoria e do Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos (Nurc). Sendo a modernização dos procedimentos marca da gestão do Procurador-Geral, Marcílio Barenco, também foi criado o Plenário Virtual. O sucesso do Projeto “Conhecendo o MPC”, sessões de conciliação e a participação ativa na Arcco-MG ressaltaram o comprometimento do órgão com a inovação. Encerrando o episódio, em mensagem direcionada aos Procuradores, servidores e colaboradores do MPC-MG, Marcílio Barenco, expressou gratidão por todas as realizações deste ano, ressaltando a importância do trabalho em equipe e reiterando o compromisso com a Administração Pública em 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

Subprocurador-Geral do MPC-MG participa de evento comemorativo dos 20 anos do Conset e de 14º Encontro Anual do Conset com as Comissões de Ética

por Simone Pereira



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, em sua fala. 5 dez. 2023. Foto: MPMG.

O Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Daniel Guimarães, participou, no dia 5, de evento em celebração aos 20 anos de criação do Código de Ética estadual, do Conselho de Ética Pública e das Comissões de Ética, ocasião em que também ocorreu o 14º Encontro Anual do Conset com as Comissões de Ética.

O evento ocorreu no Auditório da Cemig e reuniu autoridades públicas, Conselheiros e ex-Conselheiros do Conset, bem como contou com representantes de órgãos da Administração Pública, fortalecendo o diálogo sobre a importância da ética nas instituições. Além disso, fez parte da Semana contra a Corrupção 2023, promovida pela

Ação Integrada da Rede de Combate à Corrupção de Minas Gerais (Arcco-MG).

A manhã começou com o credenciamento, seguido pela abertura oficial, momento em que autoridades como Daniel Guimarães, Subprocurador-Geral do MPC-MG; Joaquim Murta, Presidente do Conset; Sérgio Pessoa, Advogado-Geral do Estado; Mariangela Meyer Pires Faleiro, Desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Lucas Bessoni, Presidente do Conset de 2020 a 2022; Daniel de Sá, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Coordenador da Arcco-MG, compartilharam suas perspectivas sobre os 20 anos do Código de Ética. Também esteve presente, representando o Tribunal de

Subprocurador-Geral do MPC-MG participa de evento comemorativo dos 20 anos do Conset e de 14º Encontro Anual do Conset com as Comissões de Ética

(continuação)

Contas do Estado de Minas Gerais, o Chefe de Gabinete da Presidência, Eduardo Carne Costa Júnior.

Destacando a relevância da ética e integridade para a credibilidade das instituições públicas, o painel da manhã contou com a participação de Sérgio Pessoa, da AGE-MG, e da Desembargadora Mariangela Meyer Pires Faleiro, do TJMG.

Na parte da tarde, a programação continuou com temas relevantes, apresentando ações de gestão de ética e da integri-

dade no âmbito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, abordando a atuação do Conset em 2023 e explorando questões como brindes, presentes e hospitalidades na Administração Pública, conforme a Deliberação 24/2023 do Conset.

Encerrando o encontro, foram compartilhadas boas práticas das Comissões de Ética do Poder Executivo, representadas pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG) e a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG). ■



As autoridades presentes no evento. 5 dez. 2023. Foto: MPMG.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, em sua fala. 5 dez. 2023. Foto: MPMG.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

MPC-MG marca presença em reunião do MPC brasileiro

por Simone Pereira



As autoridades presentes na reunião. 29 nov. 2023. Acervo pessoal.

Na tarde do dia 29 de novembro o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, e a Procuradora Cristina Andrade Melo participaram de reunião promovida pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon) em conjunto com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC). Estiveram presentes Procuradores de Contas de MPCs de todo o país, bem como as autoridades gestoras tanto do CNPGC quanto da Ampcon.

Esse encontro, integrante da programação do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), realizado em

Fortaleza (CE), com o tema “Desafios da governança, das responsabilidades fiscal e social e da sustentabilidade na era digital”, destaca a importância de discutir temas cruciais para a Administração Pública.

Durante a conferência, estratégias e ideias foram debatidas, visando fortalecer a atuação do Ministério Público de Contas. A relevância dessas discussões não apenas aprimora a eficácia do Órgão, como contribui com o enfrentamento dos desafios contemporâneos, promovendo uma Administração Pública transparente e responsável. ■

MPC-MG participa de reunião da Rede Ouvir-MG

por Simone Pereira



Os participantes da reunião. 1º dez. 2023. Acervo pessoal.

No dia 1º deste mês, aconteceu, no auditório da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Reunião de Ouvidores da Rede Ouvir, da qual participaram os servidores Giovanna Bonfante e Rodrigo Gatti, lotados no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representando a Procuradora Ouvidora Elke Moura.

Conduziram o encontro o Ouvidor do Município de Belo Horizonte, Gustavo Nassif, e o Ouvidor do TJMG, Desembargador Cássio Salomé.

A reunião, que contou com a presença de membros de Ouvidorias de diversos órgãos, objetivou discutir o programa de integridade do TJMG; avaliar e aprovar o

Regimento Interno; formar grupos de trabalho para o evento do Dia do Ouvidor; além da recepção de novos membros e a discussão de temas abordados no Congresso de Ouvidores da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO Nacional). ■



OUVIDORIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Para encaminhar reclamações, elogios,
pedidos de informações, críticas e/ou
sugestões sobre as atividades desenvolvidas
pelo MPC-MG, entre em contato pelo e-mail:

 ouvidoriampc@mpc.mg.gov.br

Subprocurador-Geral do MPC-MG participa de solenidade do Dia Internacional contra a Corrupção

por Simone Pereira



A mesa de honra da solenidade. 6 dez 2023. Foto: TCE-MG.

No dia 6, o Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Daniel Guimarães, participou da solenidade do Dia Internacional contra a Corrupção. O evento, promovido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), contou com palestra magna proferida pela renomada Promotora de Justiça do MPBA Rita Tourinho.

A palestra teve como tema “Prevenção e consensualidade: novos instrumentos de enfrentamento à corrupção” e ocorreu no Auditório UCC/MPMG. Para garantir maior alcance, a solenidade foi

transmitida ao vivo pela TV-MPMG, proporcionando a participação de um público amplo e diversificado.

Além do Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, compuseram a mesa de honra do evento o Governador do Estado, Romeu Zema; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Conselheiro Gilberto Diniz; o Coordenador Executivo da Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção (Arcco-MG), Promotor de Justiça Daniel de Sá Rodrigues; o Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, Carlos André Mariani Bittencourt; o Corregedor-Geral do Ministério Público, Mário

Subprocurador-Geral do MPC-MG participa de solenidade do Dia Internacional Contra a Corrupção*(continuação)*

Drumond da Rocha; o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais João Cancio de Mello Junior; a Ouvidora do Ministério Público de Minas Gerais, Nádia Estela Ferreira Mateus; a Procuradora da República Letícia Ribeiro; e a Vice-Presidente da Associação Mineira do MPMG, Luz Maria Romanelli de Castro.

A iniciativa fez parte da programação da Semana contra a Corrupção 2023, organizada pela Arcco-MG, evento que se estendeu até o dia 8 de dezembro e buscou engajar diversos setores da sociedade na discussão e no desenvolvimento de estratégias eficazes para prevenir e combater atos corruptos.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães. 6 dez. 2023. Foto: MPMG.

SAIBA MAIS

A Arcco-MG é uma rede formada por órgãos e instituições da Administração Pública estadual com o objetivo de desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão do Poder Público, ao diagnóstico e combate à corrupção, bem como ao fortalecimento, ampliação e aprimoramento da articulação interinstitucional. ■

MPC-MG participa de Corrida contra a Corrupção

por Simone Pereira



Da esquerda para a direita: Vinícius Oliveira Almeida, Lillian Haas e Danilo Bayão. 8 dez, 2023. Acervo pessoal.

No último dia 8, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelos servidores Vinícius de Oliveira Almeida, lotado na Procuradoria-Geral, e Lillian Haas, Chefe de Gabinete da Procuradora Sara Meinberg, participaram da Corrida contra a Corrupção.

O evento esportivo foi promovido pela Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à

Corrupção no Estado de Minas Gerais (Arcco-MG), da qual o MPC-MG é integrante, finalizando a Semana contra a Corrupção deste ano, ocorrida entre os dias 4 e 8 de dezembro.

Lillian Haas, que faz parte dos projetos esportivos “Corre pra Ver” e “Pernas de Aluguel”, participou da corrida como guia de um atleta com deficiência visual, Danilo Bayão. ■

MPC-MG participa de Corrida contra a Corrupção*(continuação)***Danilo Bayão e Lílian Haas. 8 dez, 2023. Acervo pessoal.****Danilo Bayão e Lílian Haas. 8 dez, 2023. Acervo pessoal.****MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS****AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467**

MPC-MG lança 6ª edição da revista “Controle em Foco”

por Gabinete Cristina Andrade Melo



Foi lançada, no dia 6, a 6ª edição da “Controle em Foco: Revista do MPC-MG”, o periódico semestral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

A revista é dividida em artigos de opinião, escritos pelos Procuradores do MPC-MG; artigos de jurisprudência comentada, da lavra de profissionais de excelência convidados pela Comissão Editorial; e artigos científicos, com temáticas variadas que dão continuidade ao desafio de trazer temas relevantes e atuais que envolvem o controle externo da Administração Pública.

Para esta edição e as demais, estão sendo implementadas melhorias para dotar a “Controle em Foco” de relevância e impacto institucional. Uma delas é a publicação via plataforma OJS (Open Journal System), software de código aberto que promove acesso livre para gerenciamento e publicação de periódicos científicos.

Neste número, como nos anteriores, os temas exploram toda a linha editorial do periódico, trazendo vasto e variado conteúdo para os leitores. Confira os temas na página seguinte.

MPC-MG lança 6ª edição da revista “Controle em Foco”*(continuação)***ARTIGOS DE OPINIÃO**

- Agente de contratação na nova Lei de Licitações.
- A competência dos tribunais de contas e a lei das estatais.
- O aprimoramento do controle interno dos municípios de pequeno porte como medida essencial à garantia do Estado Democrático de Direito.
- Lobby no espaço do poder.
- Relevância do protesto extrajudicial na execução de títulos executivos extrajudiciais emanados dos tribunais de contas.
- A função jurisdicional exercida pelos tribunais de contas.

ARTIGOS DE JURISPRUDÊNCIA

- O julgamento do Tema 642 pelo STF e sua análise em face da teoria dos precedentes.
- Acórdão TCU 1.593/ – Plenário e a “desrelicitação”: discussão quanto à viabilidade jurídica da retomada de concessões outrora problemáticas e em encaminhamento para nova licitação.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

- Matriz de riscos em contratos de obras públicas: dinamismo necessário
- A teoria das invalidades na nova lei de contratações públicas e o equilíbrio dos interesses envolvidos.
- Análise técnica, econômica e jurídica dos critérios de seleção de propostas a serem adotados em licitações para concessão de serviços de saneamento.
- Aplicação da Lei de Newcomb-Benford para análise da possibilidade de fraude em empenhos de restos a pagar não processados no Estado de Minas Gerais no período de 2018 a 2022.
- A implementação de uma política de governança em aquisições e contratações em empresas estatais.
- Mediação digital.
- O controle dos tribunais de contas sobre a administração pública: a (in) aplicabilidade do artigo 22 da LINDB na jurisprudência do TCE-MG.

Para acessar a Revista em sua íntegra, clique [aqui](#). ■

MPC-MG marca presença na cerimônia de encerramento de Curso de Pós-Graduação da Escola de Contas

por Lílian de Oliveira



As servidoras formandas Tainá Campos Rabelo, Simone Pereira Barbosa e Isabela Alcântara Pereira com a Procuradora Maria Cecília Borges (de camisa preta). 12 dez 2023. Foto: MPC-MG.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pela Procuradora Maria Cecília Borges, prestigiou, na tarde do dia 12 de dezembro, a cerimônia de encerramento do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Finanças Públicas, no formato presencial. Promovida pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, que é também a ofertante do curso, a solenidade ocorreu no Auditório Vivaldi Moreira do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A mesa de honra foi composta pelo Presidente do TCE-MG, Conselheiro Gilberto Diniz; pela Procuradora Maria Cecília Borges, que também é professora do Curso; pela Diretora da Escola de Contas, Naila Garcia Mourthé; além da Coordenadora da Pós-Graduação, Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto; do professor paraninfo, Pedro Henrique Magalhães Azevedo; do professor homenageado, Fernando Ferreira Calazans; e do colaborador homenageado Alex César do Couto.

MPC-MG marca presença na cerimônia de encerramento de Curso de Pós-Graduação da Escola de Contas

(continuação)



A mesa de honra da cerimônia. 12 dez 2023. Foto: MPC-MG.

Após a execução do Hino Nacional, os formandos foram convidados a subirem ao palco para receberem o diploma das mãos dos integrantes da mesa de honra. Entre os alunos, estão as servidoras do MPC-MG Isabela Alcântara Pereira, lotada no Gabinete do Procurador Glaydson Massaria; Tainá Campos Rabelo, lotada no Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges; e Simone Pereira, lotada no Gabinete do Procurador-Geral, Marcílio Barenco.

Na sequência, homenagens foram concedidas ao paraninfo, ao professor e ao colaborador homenageados. Por sua vez, a aluna Mirele Queirós Gonçalves recebeu das mãos do Professor Pedro Henrique Magalhães Azevedo a placa do mérito acadêmico, por ser considerada destaque do curso de 2023.

Consecutivamente às falas do paraninfo e da Diretora, Naila Mourthé, o Conselheiro Gilberto Diniz discursou aos presentes. Em sua exposição oral, o Presidente do TCE-MG cumprimentou os formandos e familiares pela conclusão do curso. Ressaltou que a Pós-Graduação forma 60 alunos nesta 5ª edição e no total são 859 capacitados no formato presencial desde a primeira edição, ultrapassando mil formandos quando considerada a modalidade à distância. Destacou ainda que a Escola de Contas é referência no Brasil, sendo a primeira do gênero e a primeira a obter o credenciamento do MEC para ofertar cursos de pós-graduação de 360 horas nas modalidades presencial e à distância, bem como pioneira em cadastrar pesquisas no CNPq. Revelou que há também um

MPC-MG marca presença na cerimônia de encerramento de Curso de Pós-Graduação da Escola de Contas

(continuação)

protocolo de intenções para credenciamento do Curso de Mestrado.

Voltando-se aos formandos, aconselhou: “Desejo aos formandos, imbuídos do conhecimento adquirido e das valiosas experiências vivenciadas, que carreguem consigo e deem a conhecer a todos quanto possível o principal pressuposto

da Administração Pública: uma administração voltada para o cidadão, distinta pela defesa do interesse público. [...] Que o conhecimento representado por este título não fique apenas no papel. Vocês devem colocar os conhecimentos auferidos dos professores na prática de vocês, no dia a dia, nas suas atividades cotidianas.” ■



A servidora Isabela Alcântara Pereira, lotada no Gabinete do Procurador Glaydson Massaria, recebe o diploma do Professor paraninfo Fernando Calazans. 12 dez. 2023. Foto: MPC-MG.



A servidora Tainá Campos Rabelo, lotada no Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges, recebe o diploma da Coordenadora do Curso de Pós-Graduação, Luciana Raso. 12 dez. 2023. Foto: MPC-MG.



O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Gilberto Diniz, entrega o diploma à servidora Simone Pereira, lotada no Gabinete do Procurador-Geral. 12 dez. 2023. Foto: MPC-MG.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG palestra no 1º Fórum Mineiro de Licitações e Contratações Públicas da AMM

por Simone Pereira



A Assessora da Procuradoria-Geral, Maria Tereza Dias. 13 dez 2023. Foto: Acervo pessoal.

A Assessora da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Maria Tereza Dias, ministrou palestra, no dia 13, no 1º Fórum Mineiro de Licitações e Contratações Públicas, promovido pela Associação Mineira de Municípios (AMM).

O Fórum, realizado nos dias 12 e 13, contou com a participação de especialistas na temática para alertar os Municípios sobre a relevância da preparação antecipada nas

contratações municipais, compartilhando-se conhecimento, boas práticas e estratégias eficientes.

O evento contou com as seguintes palestras no primeiro dia: “Estruturação de projetos e modelos de parceria da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge)”, “Papel estratégico das contratações públicas”, “Lei federal 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), instrumentos de planejamento e licitações”, “Contratações

Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG palestra no 1º Fórum Mineiro de Licitações e Contratações Públicas da AMM

(continuação)

Diretas” e “Credenciamento e registro de preços”. A programação do dia foi fechada com painel sobre “Contratações Públicas x Contratações Privadas”.

Já no segundo dia, houve palestra sobre fiscalização e gestão dos contratos, seguida por painel sobre “Compliance e Governança nas Contratações Públicas”. Maria Tereza Dias abriu a tarde falando sobre “Regime

de Nulidades nos Contratos” e na sequência houve palestra sobre “Implementação da Lei 14.133/2021: aspectos essenciais”.

O evento foi encerrado com apresentação do Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Luís Carlos Gambogi, que falou sobre os “Desafios enfrentados pelos Municípios para se adaptarem à Lei 14.133/2021”. ■



O Desembargador do TJMG Luís Carlos Gambogi e Maria Tereza Dias. 13 dez 2023. Foto: Acervo pessoal.

Representação do MPC-MG contra o Município de Belo Horizonte fundamenta liminar do TCE-MG que suspende contratação em processo licitatório

por Simone Pereira

No dia 13 de dezembro, após Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais por meio do Procurador Glaydson Massaria, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais emitiu decisão liminar determinando que o Município de Belo Horizonte se abstenha de assinar eventual contrato oriundo de processo licitatório, cujo objeto é a concessão onerosa de uso de espaço público para instalação, operação, gestão e manutenção de trinta e seis sanitários públicos, com exploração de oitenta engenhos de publicidade.

Foram consideradas irregularidades apontadas na Representação do MPC-MG, sendo uma delas o fato de que não foi cumprida pelo Município de Belo Horizonte determinação do TCE-MG em processo anterior referente a uma Denúncia. Observou-se semelhança nos objetos de concorrência de 2019 e do certame atual.

Tal argumento apresentado pelo Parquet Especial foi acolhido na liminar emanada pelo Relator do processo, Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, reforçando que “o não cumprimento da determinação contida nos autos de n. 1.084.500 caracte-

riza, em tese, tentativa de burla ao controle externo”, já que os objetos dos dois processos licitatórios são similares, podendo afetar o exercício das funções do TCE-MG.

A outra irregularidade apontada pelo Ministério Público de Contas refere-se à insegurança jurídica causada pela falta de proporcionalidade e previsibilidade dos investimentos adicionais previstos no edital, o que na análise do Relator “impacta diretamente os custos da contratação, uma vez que a indeterminação do objeto licitado pode afetar o caráter competitivo do certame, bem como a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública”.

Com base nisso, o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão determinou a suspensão da assinatura de eventual contrato, até que seja ultimada a análise meritória ou haja expressa revogação da decisão proferida, bem como a intimação dos gestores responsáveis.

Foi determinada ainda a aplicação de multa individual no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) no caso de eventual descumprimento da decisão liminar. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435

MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

O MPC EM NÚMEROS

por Coordenadoria de Apoio Operacional - CAOP

Confira a movimentação processual entre o MPC-MG e o TCE-MG referente ao mês de **NOVEMBRO**:

1.691 PROCESSOS **ENTRARAM**

1.822 PROCESSOS **SAÍRAM**, COM PARECER, DESPACHO OU MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

- 12** Notícias de Irregularidades
- 01** Pedido de Cooperação
- 01** Procedimento Preparatório
- 01** Inquérito Civil

REPRESENTAÇÕES

- 1.160.535** REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS GLAYDSON MASSARIA EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, DA EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE E DOS CONSÓRCIOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTE, EM RAZÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONCORRÊNCIA PÚBLICA, QUE TEVE POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.
- 1.157.119** REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS ELKE MOURA EM FACE DE GESTOR DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FORMIGA, EM RAZÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PREVIFOR.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

O MPC EM NÚMEROS
(continuação)

- 1.157.449** REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS SARA MEINBERG EM FACE DE GESTOR DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS (DER-MG), EM RAZÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA DESTINAÇÃO DAS RECEITAS OBTIDAS COM MULTAS DE TRÂNSITO, INFRINGÊNCIA AOS DITAMES PREVISTOS NO CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO (CBT), E INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.
- 1.160.321** REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS GLAYDSON MASSARIA EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES, QUANTO A POSSÍVEL EXCESSO DE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS, COM INDÍCIOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB.
- 1.160.533** REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS SARA MEINBERG EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO MEDIANTE NOTÍCIA DE FATO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO REGIDO POR EDITAL OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE 32 (TRINTA E DUAS) PONTES MISTAS DE CONCRETO ARMADO CLASSE 30T.
- 1.160.561** REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS SARA MEINBERG EM FACE DE GESTOR MUNICIPAL DE PASSABÉM, NO EXERCÍCIO DE 2021, CUJAS REALOCAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FORAM REALIZADAS SEM AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

COLUNA IURISPRUDENTIA

por Bruno Pimenta Carreiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

• Informativo nº 1.111 •

Resumo: “É possível a nomeação e a posse de condenado criminalmente, de forma definitiva, devidamente aprovado em concurso público, desde que haja compatibilidade entre o cargo a ser exercido e a infração penal cometida, sendo que o efetivo exercício dependerá do regime de cumprimento da pena e da inexistência de conflito de horários com a jornada de trabalho.” (RE 1.282.553/RR – Tema 1.190 RG, Relator: Ministro Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 4.10.2023)

• Informativo nº 1.112 •

Tese fixada: “São constitucionais as Leis 7.428/2016 e 8.645/2019, ambas do Estado do Rio de Janeiro, que instituíram o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal – FEEF e, posteriormente, o Fundo Orçamentário Temporário – FOT, fundos atípicos cujas receitas não estão vinculadas a um programa governamental específico e detalhado.” (ADI 5.635/DF, Relator: Ministro Luís Roberto Barroso, julgamento virtual finalizado em 17.10.2023)

• Informativo nº 1.113 •

Tese fixada: “No caso de necessidade de complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios.” (RE 922.144/MG – Tema 865 RG, relator Ministro Luís Roberto Barroso, julgamento finalizado em 19.10.2023)

Resumo: “Os agentes comunitários de saúde e os de combate às endemias dos Municípios, Estados e do Distrito Federal fazem jus ao piso salarial fixado em lei federal, devendo a União arcar com os ônus da diferença entre o piso nacional e o previsto pela legislação dos entes subnacionais.” (RE 1.279.765/BA – Tema 1.132 RG, Relator: Ministro Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 19.10.2023)

• Informativo nº 1.114 •

Resumo: “É constitucional resolução de Tribunal de Justiça estadual que altera o horário de expediente forense, pois se trata de matéria abrangida pelo autogoverno dos Tribunais. Contudo, esse ato normativo não pode modi-



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

COLUNA IURISPRUDENTIA
(continuação)

ficar a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário local, porque o assunto diz respeito ao regime jurídico destes, cuja iniciativa é privativa do chefe do Poder Executivo.” (ADI 4.450/MS, Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 27.10.2023)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

• Informativo nº 792 •

Destaque: “A Administração Pública é obrigada a divulgar, permanentemente, edital de credenciamento em sítio eletrônico somente após a vigência da Nova Lei de Licitações e Contratações Administrativas.” (RMS 68.504-SC, Relatora: Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 10.10.2023, DJe 16.10.2023)

• Informativo nº 793 •

Destaque: “Os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não podem instituir e cobrar anuidade das sociedades de advogados.” (REsp 2.015.612-SP e REsp 2.014.023-SP, Relator: Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 25.10.2023 -Tema 1179)

Destaque: “A repatriação de médica cubana após a ruptura entre o Brasil e a República de Cuba não impede, por si só, sua participação no chamamento para reintegração ao Programa Mais Médicos para o Brasil, desde que haja outros elementos que comprovem seu retorno breve com intenção de permanecer no território brasileiro.” (REsp 2.031.548-CE, Relator: Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 24.10.2023, DJe 26.10.2023)

• Informativo nº 794 •

Destaque: “Para fins de concessão de remoção ao servidor público, ainda que provisoriamente, à luz do art. 36, parágrafo único, III, b, da Lei federal nº 8.112/1990, há a necessidade de preenchimento do requisito da dependência econômica, não abrangendo eventual dependência física ou afetiva.” (REsp 2.015.278-PB, Relator: Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 7.11.2023)

• Informativo nº 795 •

Destaque: “A Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis adota, como regra de suas atividades fiscalizatórias, a dupla visita, não elencando a conduta de armazenamento, no mesmo ambiente, de recipientes de gás liquefeito de petróleo (GLP) cheios e vazios como situação de risco.” (REsp 1.952.610-RS, Relatora: Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 7.11.2023, DJe 13.11.2023)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

• Boletim de jurisprudência nº 455 •

Licitação. Empresa estatal. Qualificação técnica. Atestado de capacidade técnica. Tempo. Limite.

Em licitação promovida por empresa estatal, pode o instrumento convocatório estabelecer limitação temporal de atestados para comprovação de qualificação técnica (art. 58, inciso II, da Lei federal nº 13.303/2016), desde que essa exigência esteja devidamente motivada e não restrinja o caráter competitivo do certame. (Acórdão 1378/2023 Plenário, Embargos de Declaração, Relator: Ministro Vital do Rêgo)

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

Competência do TCU. Ente da Federação. Intervenção federal. Ato de gestão. Apreensão. Contas do governo.

A competência para fiscalizar os atos de gestão no âmbito de intervenções federais é dos órgãos de controle da União, devendo a responsabilidade por tais atos ser analisada no exame das contas do Presidente da República, ainda que tenha sido nomeado interventor, uma vez que este responde àquela autoridade. (Acórdão 1381/2023 Plenário, Acompanhamento, Relator: Ministro Vital do Rêgo)

Responsabilidade. SUS. Medicamento. Solidariedade. Atestação. Nota fiscal. Identificação.

Na aquisição de medicamentos, a existência de nota fiscal, ainda que atestada, desacompanhada de outras evidências de recebimento dos produtos, é insuficiente para comprovar a regular aplicação dos recursos públicos envolvidos, cabendo a responsabilização solidária da empresa fornecedora caso tenha emitido a nota fiscal sem a indicação dos lotes dos medicamentos (Resolução Anvisa - RDC 430/2020). (Acórdão 6415/2023, Primeira Câmara, Recurso de Reconsideração, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues)

• Boletim de jurisprudência nº 456 •

Pessoal. Conselho de fiscalização profissional. Admissão de pessoal. Cargo em comissão. Requisito.

No âmbito dos conselhos de fiscalização profissional, a criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais (art. 37, inciso V, da Constituição da República). (Acórdão 1401/2023, Plenário, Denúncia, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues)

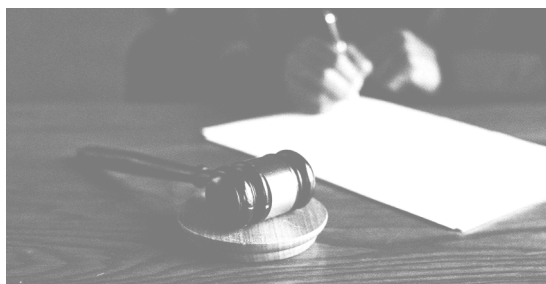
Licitação. Edital de licitação. Impugnação. Competitividade. Restrição. Comissão de licitação. Pregoeiro. Revisão de ofício. Princípio da autotutela.

É dever do responsável por conduzir licitação no âmbito da Administração, a partir de impugnação ao edital apontando a existência de cláusulas restritivas à competitividade do certame, realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida, sob pena de violação do princípio da autotutela. (Acórdão 1414/2023, Plenário, Representação, Relator: Ministro Jorge Oliveira)

• Boletim de jurisprudência nº 457 •

Responsabilidade. Culpa. Erro grosseiro. Omissão no dever de prestar contas. Sanção. Débito.

A não comprovação da boa e regular aplicação de recursos federais em face da omissão no dever de prestar contas, além de obrigar o gestor omissor a restituir os valores aos cofres públicos por presunção de dano, constitui grave inobservância do dever de cuidado no trato com a coisa pública, revelando a existência de culpa grave, passível de aplicação de penalidade, uma vez que se distancia do que seria esperado de um administrador minimamente diligente, o que caracteriza erro grosseiro a que alude o art. 28 do Decreto-lei nº 4.657/1942 (Lindb), incluído pela Lei federal nº 13.655/2018. (Acórdão 6463/2023, Segunda Câmara, Tomada de Contas Especial, Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer)



COLUNA IURISPRUDENTIA
(continuação)

• Boletim de jurisprudência nº 458 •

Pessoal. Teto constitucional. Pensão. Remuneração. Proventos. Acumulação. Ressarcimento ao erário. STF. Marco temporal. Glosa. Opção.

Em caso de acumulação de remuneração ou provento e pensão cujo somatório ultrapasse o teto constitucional remuneratório, deve ser promovido o ressarcimento ao erário dos valores que excedam referido limite recebidos a partir de 21.08.2020, data de publicação da tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 359 da Repercussão Geral, cabendo ao interessado o direito de optar acerca do rendimento sobre o qual deve incidir a glosa. (Acórdão 1546/2023, Plenário, Administrativo, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)

Direito Processual. Representação. Perda de objeto. Licitação. Revogação. Anulação. Mérito.

A anulação ou a revogação da licitação não conduz, necessariamente, à perda de objeto da representação, podendo o exame de mérito se fazer cogente com vistas a orientar pedagogicamente o órgão licitante, de modo a evitar a repetição das ocorrências examinadas, e a responsabilizar, se for o caso, o gestor pelos atos irregulares praticados. (Acórdão 7050/2023, Segunda Câmara, Representação, Relator: Ministro Vital do Rêgo)

• Boletim de jurisprudência nº 459 •

Pessoal. Abono de permanência em serviço. Requisito. Aposentadoria especial. Consulta.

O servidor em atividade que tenha cumprido os requisitos para a aposentadoria especial, inclusive a decorrente de efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudi-

ciais à saúde, ou associação desses agentes, tem direito ao abono de permanência enquanto permanecer no cargo, independentemente de a aquisição do direito haver ocorrido antes ou depois da promulgação da EC 103/2019. (Acórdão 1588/2023, Plenário, Consulta, Relator: Ministro Antonio Anastasia)

• Boletim de jurisprudência nº 460 •

Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Tratamento diferenciado. Fraude. Cota social. Extrapolação. Microempresa. Pequena empresa. Sócio.

Constitui fraude à licitação, ensejando a declaração de inidoneidade do fraudador, a mera participação em certames licitatórios de pessoa jurídica autodeclarada como microempresa ou empresa de pequeno porte, visando aos benefícios concedidos pela LC 123/2006, cujo sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada, fato que contraria o art. 3º, § 4º, inciso IV, dessa lei, bem como sua finalidade, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora da fraude obtenha a vantagem esperada. (Acórdão 1607/2023, Plenário, Pedido de Reexame, Relator: Ministro Vital do Rêgo)

Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Abrangência. Pesquisa de preço. Cotação. Fraude.

É aplicável a declaração de inidoneidade (art. 46 da Lei federal nº 8.443/1992) a empresa que, embora não assuma a condição de licitante ou não seja contratada, participe do processo licitatório com intuito de fraudá-lo, a exemplo do oferecimento de proposta para subsidiar pesquisa de preços viciada. (Acórdão 1616/2023, Plenário, Tomada de Contas Especial, Relator: Ministro Substituto Augusto Sherman)

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

• Boletim de Jurisprudência nº 461 •

Pessoal. Conselho de fiscalização profissional. Teto constitucional. Natureza jurídica. Autarquia. Cálculo. Vantagem pessoal.

Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, por serem entidades de natureza autárquica, estão submetidos à regra do teto remuneratório constitucional (art. 37, inciso XI, da Constituição da República), que, para efeito de verificação, deve considerar as vantagens de caráter pessoal, como anuênios, no somatório da remuneração, excluindo-se tão somente as de caráter indenizatório. (Acórdão 1683/2023, Plenário, Agravo, Relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira)

Licitação. Bens e serviços de informática. Planejamento. Dependência. Tecnologia. Estudo de viabilidade. Solução de TI.

Nas contratações de TI em que houver risco de dependência em relação a determinada solução tecnológica, o estudo técnico preliminar da contratação deve incluir estudo de viabilidade acerca da continuidade ou substituição da solução em uso, com a divulgação de seus resultados. (Acórdão 1685/2023, Plenário, Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Qualificação econômico-financeira. Exigência. Habilitação de licitante. Recuperação judicial. Acordo extrajudicial.

A circunstância de a empresa licitante se encontrar em recuperação judicial ou extrajudi-

cial não pode ser impeditiva para a sua participação em licitação, desde que demonstre capacidade econômico-financeira para a execução do contrato. (Acórdão 1697/2023, Plenário, Representação, Relator: Ministro Jorge Oliveira)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

• Boletim de jurisprudência nº 314 •

Direito de greve – Requisitos – Lei federal 7.783/89.

Ementa: Direito Administrativo. Greve dos profissionais de enfermagem, auxiliares de apoio da saúde, técnicos operacionais da saúde e analistas de gestão e assistência à saúde. Requisitos previstos na Lei federal nº 7.783/1989 para deflagração da greve. Inobservância. Ilegalidade.

- Nos termos da Lei federal nº 7.783/1989, será considerado legítimo o exercício do direito de greve quando: a) houver a suspensão coletiva temporária e pacífica da prestação pessoal dos serviços ao empregador (art. 2º); b) tiver sido frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral (art. 3º); c) os empregadores interessados ou a entidade patronal forem notificados da paralisação com antecedência mínima de 48 horas da paralisação (art. 3º, p.u.), aumentada esta para o prazo de 72 horas nos casos de serviços ou atividades essenciais (art. 13); d) for convocada assembleia geral, na forma



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435

MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

COLUNA IURISPRUDENTIA
(continuação)

do estatuto, para definir as reivindicações da categoria e deliberar sobre a paralisação (art. 4º). É ilegal o movimento grevista realizado em inobservância aos requisitos previstos na Lei federal nº 7.783/1989. (TJMG - Petição - Cível 1.0000.22.149430-5/000, Relator: Desembargador Pedro Aleixo, 1ª Seção Cível, j. em 29.9.2023, p. em 10.10.2023.)

• Boletim de jurisprudência nº 315 •

Presidente da comissão do PAD – Mesmo grau de escolaridade – Validade do PAD – Gravidade dos fatos – Condenações anteriores – Perda da delegação.

Ementa: Recurso administrativo. Processo administrativo disciplinar. Infração disciplinar. Titular de tabelionato.

Preliminares: nulidade do PAD. Grau escolaridade presidente da comissão. Inobservância dos requisitos na instauração da portaria. Rejeição. Alteração da reprimenda aplicada. Inviabilidade. Gravidade elevada. Condenações anteriores. Recurso conhecido e não provido.

- Tendo em vista que o Presidente da Comissão Processante tem o mesmo grau de escolaridade do recorrente, não há o que se falar em nulidade do PAD.

- A descrição contida na Portaria se afigura suficiente para assegurar ao servidor o exercício do contraditório e ampla defesa.

- Deve ser mantida a pena de perda de delegação em razão da gravidade dos fatos e da existência de inúmeras condenações anteriores. (TJMG - Recurso Administrativo nº 1.0000.21.148650-1/001, Relator: Desembargador Wanderley Paiva, Órgão Especial, j. em 19.10.2023, p. em 27.10.2023)

Processo cível – Direito Administrativo – Improbidade administrativa Prefeito e vice-prefeito – Festa de aniversário – Utilização de bens, recursos e servidores públicos

blicos na realização de evento de interesse particular – Promoção pessoal – Ato de improbidade administrativa.

Ementa: Apelações cíveis. Ação de improbidade administrativa. Município de Riachinho. Prefeito e Vice-prefeito. Festa de aniversário. Utilização de bens, recursos e servidores públicos na realização de evento de interesse particular. Promoção pessoal. Prestígio social e político. Caracterização do ato ímprobo capitulado no art. 11, XII, da Lei nº 14.230/21. Dosimetria da penalidade. Multa civil no valor de três vezes a remuneração recebida pelo agente à época dos fatos. Provimento parcial dos recursos.

- Demonstrado que ambos os réus praticaram atos de improbidade, de forma dolosa, já que trataram a coisa pública como bem particular, acabando por banalizar a conduta de utilização de patrimônio, espaço e serviços públicos, com o objetivo de promoção pessoal e potencialização política, em afronta aos arts. 10, XIII, e 11, XII, da Lei federal nº 14.230/21, impõe-se a aplicação das respectivas sanções.

- À luz do caso concreto, deve ser afastada a penalidade de suspensão dos direitos políticos e à perda do cargo público, revelando-se proporcional e adequada a aplicação de multa civil como reprimenda ao ato ímprobo praticado pelos réus, razão pela qual se impõe o parcial provimento dos recursos. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.22.185257-7/001, Relatora: Desembargadora Yeda Athias, 6ª Câmara Cível, j. em 24.10.2023, p. em 26.10.2023)

• Boletim de jurisprudência nº 316 •

Processo cível – Direito Administrativo – Improbidade administrativa Reembolso de viagens de vereador – Prestação de contas.

Ementa: Remessa oficial e apelação cível voluntária. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Reembolso de viagens de ve-

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

reador. Prestação de contas de acordo com o regulamento da casa legislativa. Lesão ao erário. Prova ausente. Violação aos princípios da Administração Pública. Dolo não demonstrado. Ato ímprobo não configurado. Sentença confirmada.

- Com o advento da Lei federal nº 14.230, de 2021, em todas as hipóteses de improbidade administrativa, a configuração do tipo pressupõe a presença do elemento subjetivo dolo.

- O egrégio Supremo Tribunal Federal, ao fixar tese de repercussão geral para o Tema nº 1.199, concluiu que, com exceção das condenações acobertadas pela coisa julgada e ao regime prescricional, que é irretroativo, o regime contido na nova Lei de Improbidade Administrativa se aplica aos atos praticados na vigência do texto anterior da lei.

- Se a norma que regulamenta o pagamento das despesas com diárias de viagem de vereador prevê que a prestação de contas pode ser feita de forma simplificada, por meio de relatório ou da apresentação de comprovantes específicos relativos às atividades exercidas na viagem, não se pode exigir que as contas fossem prestadas de forma diversa.

- Logo, inexistindo qualquer elemento de prova que ateste a existência de dano ao erário ou de que o agente dolosamente praticou ato violador de princípios da Administração Pública, não há que se falar em condenação por improbidade administrativa com base nos arts. 10 e 11 da Lei federal nº 8.429, de 1992, com redação dada pela Lei federal nº 14.230, de 2021.

- Remessa oficial e apelação cível voluntária conhecidas.

- Sentença que rejeitou a pretensão inicial confirmada no reexame necessário, prejudicada a apelação voluntária. (TJMG - Apelação Cível/Remessa Necessária nº 1.0116.16.001766-5/001, Relator: Desembargador Caetano Levi Lopes, 2ª Câmara Cível, j. em 16.11.2023, p. em 17.11.2023)

Processo cível – Direito Administrativo – Concessão de serviço público Responsabilidade civil do Estado – Objetiva – Falha no abastecimento de água.

Ementa: Apelação civil. Ação civil pública. Copasa. Município de Tiros. Falha no abastecimento de água. Concessão. Responsabilidade subsidiária do Município. Impugnação ao valor da causa. Valor estimado. Possibilidade. Danos morais coletivos. Precedente do STJ. Configurado. Sentença mantida.

- Admite-se a fixação do valor da causa por estimativa, quando constatada a incerteza do proveito econômico perseguido na demanda.

- Na concessão de serviço público, o ente público transfere a execução de um serviço a outro que o executará em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante remuneração, de forma que a Administração Pública, responsável por fiscalizar a execução, bem como aplicar penalidades previstas em contrato, poderá ser responsabilizada apenas subsidiariamente.

- A responsabilidade do Estado – assim compreendida a União, os Estados membros e os Municípios – é objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, respondendo a Administração Pública, suas autarquias, fundações, assim como as concessionárias de serviço público, pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sendo, para tanto, suficiente a prova do nexo de causalidade entre o ato praticado e o dano dele advindo, pelo que desnecessária a comprovação da culpa.

- Nos termos de precedente do c. Superior Tribunal de Justiça, os danos morais coletivos se configuram *in re ipsa*, devendo ficar caracterizado se ocorreu lesão a valores fundamentais da sociedade de forma injusta e intolerável. (TJMG - Apelação cível/Remessa Necessária 1.0689.18.000894-8/003, Relator: Desembargador Luís Carlos Gambogi, 5ª Câmara Cível, j. em 16.11.2023, p. em 17.11.2023)

COLUNA IURISPRUDENTIA
(continuação)**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

• Informativo de jurisprudência nº 279 •

Ementa: Consulta. Câmara municipal. Preliminar. Admissibilidade. Mérito. Dispensa de licitação por valor. Compras pela internet. Possibilidade. Antecipação de pagamento. Situação excepcional. Possibilidade.

1. Na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, a Administração Pública pode efetuar a compra direta pela internet, inclusive de lojas exclusivamente virtuais, desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis à contratação direta e adotadas boas práticas que mitiguem os riscos de inadimplência, como o uso de sites reconhecidos e manifestamente confiáveis, além da consulta a todos os documentos imprescindíveis à aceitação da proposta.

2. Atendidas as exigências legais, é possível o pagamento antecipado nas compras realizadas pela Administração Pública. Destaca-se que a antecipação de pagamento é medida excepcional, admitida apenas em certas situações, nas quais a Administração Pública deve demonstrar que o pagamento antecipado é indispensável à contratação ou à obtenção de sensível economia de recursos, nos termos previstos em lei. (Processo 1.127.049, Consulta, Tribunal Pleno, Relator: Conselheiro Wanderley Ávila, deliberado em 18.10.2023)

Ementa: Consulta. Caixa escolar. Repasse de recursos próprios. Limite. Inexistência. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Contabilização. Possibilidade. Previsão legal. LDO. Compatibilidade. Observância. Regras licitatórias.

Não existindo limitação específica em lei municipal, não há limite legal ao repasse de recursos próprios às Caixas Escolares. Esses

recursos podem ser transferidos por meio de convênio ou instrumento congêneres e podem ser contabilizados como despesas realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), observados os requisitos enunciados na Súmula n. 115 deste Tribunal de Contas. (Processo 1.127.866, Consulta, Tribunal Pleno, Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, deliberado em 11.10.2023)

Ementa: Consulta. Município. Contratação direta. Dispensa de licitação. Rol taxativo. Associação de pessoas com deficiência física. Fornecimento de produtos. Ausência de previsão legal.

O elenco de hipóteses para contratação direta por dispensa de licitação constante do art. 24, XX, da Lei federal nº 8.666/1993, para além da prestação de serviços e do fornecimento de mão de obra, não contempla a aquisição de artigos produzidos por associação de pessoas com deficiência física. (Processo 1.141.274, Consulta, Tribunal Pleno, Relator: Conselheiro Substituto Telmo Passareli, deliberado em 11.10.2023)

Ementa: Consulta. Entidades privadas sem fins lucrativos. Beneficiárias de recursos públicos. Aquisições. Compras. Contratações de serviços. Realização de cotação de preços. Observância dos princípios da Administração Pública.

As entidades privadas sem fins lucrativos beneficiárias de recursos públicos, por meio de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres não precisam licitar. Devem, porém, em suas aquisições, compras e contratações de serviços com recursos públicos, realizar, no mínimo, adequada cotação de preços e observar os princípios da Administração Pública, notadamente os da impessoalidade, economicidade e moralidade. (Processo 1.127.733, Consulta, Tribunal Pleno, Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, deliberado em 18.10.2023)

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

Ementa: Consulta. Contratos administrativos regidos pelas normas anteriores à Lei federal nº 14.133/21. Prorrogação do prazo de vigência. Possibilidade. Ata de registro de preços. Considera-se o saldo remanescente do quantitativo na prorrogação. Contratação de serviços contínuos. Renovação de todas as cláusulas contratuais, nas mesmas condições anteriormente pactuadas.

1. Os contratos vigentes, regidos pela Lei federal nº 8.666/1993, pela Lei federal nº 10.520/2002 e pela Lei federal nº 12.462/2011, poderão ser prorrogados ou modificados, devendo ser observadas as normas nelas previstas.

2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, nos termos do art. 84 da Lei federal nº 14.133/2021, não se restabelecem os quantitativos inicialmente fixados na licitação, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente.

3. A prorrogação prevista no art. 107 da Lei federal nº 14.133/2021 representa uma hipótese de renovação contratual, em que é atribuído ao contratado novo prazo. Ao se renovar o prazo, o objeto e os valores contratados também se renovam, razão pela qual não se confunde com a hipótese de prorrogação a que alude o art. 84 da referida lei. (Processo 1.128.010, Consulta, Tribunal Pleno, Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, deliberado em 11.10.2023)

• Informativo de jurisprudência nº 280 •

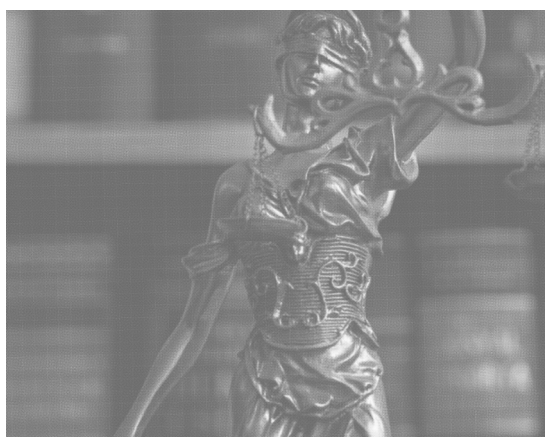
Ementa: Consulta. Poder Legislativo. Remanejamento, transposição e transferência. Resolução. Comunicação ao Poder Executivo. Impossibilidade. Necessidade de autorização legislativa prévia e observância da Decisão Normativa 02/23.

O Poder Legislativo municipal não pode realizar transposição, remanejamento ou transferência de saldos orçamentários próprios por meio de resolução apenas comunicando

o fato ao Poder Executivo. Para o uso desses instrumentos orçamentários, há necessidade de prévia autorização em lei, consoante prescreve o art. 167, VI, da CR/1988. (Processo 1.135.492, Consulta, Tribunal Pleno, Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, deliberado em 25.10.2023)

Ementa: Consulta. Parcerias. Administração Pública e organizações da sociedade civil. Aplicabilidade da Lei federal nº 13.019/2014. Marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC). Despesas com obras de construção, ampliação e reforma de estruturas físicas. Possibilidade. Necessidade de guardar relação direta e exclusiva com o objeto da parceria e de atender ao interesse público.

Nas parcerias celebradas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil regulamentadas pela Lei federal nº 13.019/2014, é lícita a realização de despesas com obras para a construção, ampliação ou reforma de espaços físicos, desde que estejam previstas ou tenham sido incluídas no Plano de Trabalho, que guardem correlação direta e exclusiva com a consecução do objeto da parceria, e que sejam importantes e necessárias para sua execução, configurando meio para alcançá-lo. (Processo 1.141.459, Consulta, Tribunal Pleno, Relator: Conselheiro Substituto Telmo Passareli, deliberado em 8.11.2023)



LEX DATA

por Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

A regulação do uso da inteligência artificial e a LGPD

Foi realizado no dia 24/11/2023¹, na sede da delegação da União Europeia (UE), em Brasília, o seminário “União Europeia-Brasil: regulando a inteligência artificial – abordagens, preocupações e possíveis soluções”, que contou com a participação de representantes do Governo brasileiro, da União Europeia e de segmentos sociais e acadêmicos de ambos os lados.

Frente aos inúmeros desafios que se apresentam à necessária regulação da inteligência artificial (IA), os representantes da ANPD defenderam que, dada a interseção entre dados pessoais e a inteligência artificial, a ANPD, que atua na proteção de dados pessoais, deve também atuar como órgão regulador de IA – o que demandaria aumento do número de servidores e maior autonomia orçamentária.

O especialista da ANPD Diego Carvalho Machado discorreu sobre o sandbox regulatório, que consiste em ambiente regulatório experimental, mediante autorizações temporárias e condicionadas, como mecanismo de testar projetos inovadores. Segundo ele, “trata-se de uma experimentação colaborativa entre o regulador, o regulado e outras partes interessadas com o objetivo de testar inovações em um arcabouço regulatório”. No Brasil, instituições como o Banco Central, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já utilizam tal metodologia. ■

¹ <https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-defende-papel-de-coordenacao-entre-agencias-de-regulacao-de-inteligencia-artificial>





DEZEMBRO 2023

EDIÇÃO 19

MPC NOTÍCIAS

PROCURADOR-GERAL

Marcílio Barenco

SUBPROCURADOR-GERAL

Daniel Guimarães

EDIÇÃO

Simone Pereira

DIAGRAMAÇÃO

Guilherme Fernandes

REVISÃO

Lílian de Oliveira

INSTAGRAM



@mpc_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

TWITTER/X



@mpc_mg

FLICKR



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30380-435

MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467